



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1172/2026
Data: 09/06/2026 - Horário: 17:06
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº _____/2026

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO DE MÃES E PAIS DE
AUTISTAS E NEURODIVERSIDADES –
AMPAN, DO MUNICÍPIO DE
PARICONHA/AL.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º Fica considerado de Utilidade Pública A ASSOCIAÇÃO DE MÃES E PAIS DE AUTISTAS E NEURODIVERSIDADES – AMPAN, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com personalidade distinta de suas afiliadas, inscrita no CNPJ sob o nº 61.038.601/0001-88, com sede social e administrativa na rua Antônio Mariano da Silva, nº 24, Alto do Pariconha, CEP: 57475-000, no Município de Pariconha, Estado de Alagoas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,

09 de junho de 2026.


FÁTIMA CANUTO
Deputada Estadual



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11 038 601 0001-88 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/03/2025	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE MAES E PAIS DE AUTISTA E NEURODIVERSIDADES DE PARICONHA					
RUA DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMPAN				PORTE DEMAIS	
CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94 30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
NOME DO PROPRIETÁRIO R ANTONIO MARIANO DA SILVA		NÚMERO 24-A		COMPLEMENTO *****	
CEP 57.475-000		BARRIO/OSTRITO ALTO DA BOA VISTA		MUNICÍPIO PARICONHA	
				UF AL	
ENDEREÇO ELETRÔNICO GERA.MONTE2806@GMAIL.COM		TELEFONE (82) 8170-0164			
ENTE / GERENTE RESPONSÁVEL (EFR) ****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/03/2025	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

provido pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

emitido no dia 28/05/2025 às 15:41:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE MAES E PAIS DE AUTISTA E NEURODIVERSIDADES DE
PARICONHA
CNPJ: 61.038.601/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:56:12 do dia 02/05/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/10/2026.

Código de controle da certidão: AF88.4D4C.1106.B49A

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VALIDADE

07/11/2026

C.E.P.: 5

PR

procurat



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA
R. MARCELO FRANCISCO DOS SANTOS, 30, CENTRO, PARICONHA/AL - CEP:
57.475-000. C.A.P.J.: 15.634.475/0001-77



ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

VERIFICAÇÃO: XNK3G-4Y30X-24QZ9

DATA EMISSÃO

07/11/2025

DATA VALIDADE

07/11/2026

DADOS

RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE MÃES E PAIS DE AUTISTA E NEURODIVERSIDADES DE
PARICONHA NOME FANTASIA: AMPAM

INSC. MUNICIPAL: 13564

INSC. ESTADUAL:

NATUREZA JURÍDICA: 3999 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA

C.P.F./C.N.P.J.: 61.038.601/0001-88

PORTE: DEMAIS

DATA ABERTURA: 28/03/2025

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA ANTONIO MARIANO DA SILVA COMPLEMENTO:

BAIRRO: ALTO DA BOA VISTA

C.E.P.: 57.475-000

NÚMERO: 24-A

CIDADE/UF: PARICONHA/AL

ATIVIDADES

CNAE	DESCRIÇÃO	TIPO
9430-8/00	ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS	PRINCIPAL

OBSERVAÇÃO NENHUMA

FIXAR ESTE ALVARÁ EM LOCAL VISÍVEL

Em caso de encerramento, mudança de endereço, de atividade ou qualquer alteração, procurar com urgência o Setor de Tributação.

CONSULTE AUTENTICIDADE NO SITE:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA 22/2026 – GAB. PREFEITO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARICONHA, usando de suas atribuições previstas no Art. 55, inciso II, combinado com o Art. 19, inciso II, alínea a, do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, inciso II, da Lei Municipal nº 27/97, de 24 de março de 1997 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais), **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os novos membros do Conselho Municipal de Saúde de Pariconha/AL, conforme composição prevista na legislação vigente para o biênio 2025/2027, sendo

REPRESENTANTES DO POVER EXECUTIVO

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Gizely Tayllen Alves Sá – CPF: 091.105.674-29
Suplente: Fernanda Luiza Silva Viana – CPF: 081.102.654-05

Titular: José Gomes da Silva – CPF: 028.840.614-10
Suplente: Denival Tina de Oliveira – CPF: 050.365.604-69

Titular: Eliane Lima de Souza Sá – CPF: 041.111.354-86
Suplente: Greicy Kelly Rodrigues da Silva – CPF: 077.285.594-35

Representantes dos Trabalhadores de Saúde

Titular: Daniel Lopes Paiva – CPF: 535.780.745-00
Suplente: Maria do Socorro Barros Feitosa – CPF: 387.567.814-15

Titular: Eliomar dos Santos – CPF: 042.135.094-60
Suplente: Ezequiel Bezerra Pereira – CPF: 092.412.414-89

Titular: Ane Caroline Bezerra Dias – CPF: 143.828.464-04
Suplente: Vânia Maria de Sá – CPF: 082.777.648-198

Usuários do SUS:

Titular: Maria Lima de Araújo Silva – CPF: 031.267.954-80
Suplente: Joseilda da Cocneição – CPF: 042.557.624-81

Titular: Rosineide Souza Araújo CPF: 472.191.815-15
Suplente: Clécia Quixabeira Vieira – CPF: 066.165.314-53

Titular: Gilson de Oliveira Silva – CPF: 871.204.704-00
Suplente: Cicera Lima de Barros – CPF: 252.721.498-31



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA
GABINETE DO PREFEITO

Titular: Edilson Felix da Silva – CPF: 144.319.448-42

Suplente: Rosângela da Conceição Silva – CPF: 059.752.854-37

Titular: Jackson Florêncio dos Santos – CPF: 077.632.964-29

Suplente: Luiz Carlos Florêncio dos Santos – CPF: 149.541.014-50

Titular: Claudiana Souza da Silva -CPF: 066.140.414-52

Suplente: Martiliana de Araújo Silva – CPF: 379.324.008-80

Pariconha/AL, 13 de Abril de 2026.

ANTONIO
TELMO

NOIA:034902
99469

Assinado de
forma digital por
ANTONIO TELMO
NOIA:0349029946
9

ANTONIO TELMO NOIA
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA
GABINETE DO PREFEITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES

BR

CARTERA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / FORMAS DE CONDIÇÃO

ROSINEIDE SOUZA ARAUJO

06/09/2007

1 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

16/07/1971 SALVADOR - BA

2 DATA EXPIRAÇÃO

07/09/2024

3 DATA VALIDADE

06/04/2017

4 CATEGORIA

D

5 NÚMERO IDENTIDADE / CNH / EMISSOR / UF

30076958 SSP BA

6 N° CPF

472.191.815-16

7 N° REGISTRO

04181100490

8 CAT. VPM

II

9 NACIONALIDADE

BRASILEIRO

10 FILIAÇÃO

JOSE ANTONIO DE SOUZA

MARIA NASCIMENTO BORGES SOUZA

Rosineide Souza Araujo

11 ASSINATURA DO PORTADOR

2880432693

ACC	10	11	12
A			
A1			
B		06/04/2017	
B1			
C			
C1			

D	10	11	12
D1			
D6			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

A

LOCAL

MACEIO, AL

Marco Freeman
MARCO FREEMAN
DIRETOR PRESIDENTE

ASSINATURA DO EMISSOR

84848184244

AL029601878

ALAGOAS

SENATRAN CONTRAN

2880432693

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA

Inscrição: 1.003.002.0080.02 Matrícula: 7635
 Proprietário: 0000000384 ADELMO LUCAS ARAUJO FILHO
 Endereço: RUA ANTONIO MARIANO DA SILVA
 Complemento: ALTO DA BOA VISTA Nº: 24 A
 Bairro: ALTO DA BOA VISTA

Atenção, se existir débito anterior procure a Prefeitura

INFORMAÇÕES DO TERRENO	INFORMAÇÕES DA
Área: 778,80	Área Construída: 278,80
Área Útil: 8,30	Valor m² Edificação: 183,80
Edificação: 0,50	
Valor do Imóvel: 81.643,97	
IPTU Imóvel: 72,04	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA
 R MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS, 28, CENTRO,
 PARICONHA/AL - CEP: 57.475-000

FICHA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

1.003.002.0080.02 PREENCHA SOMENTE OS DADOS INCORRETOS

Nome/Razão Social: _____
 CPF/CNPJ: _____ Fone: _____
 Endereço: _____ Nº: _____
 Complemento: _____
 Bairro: _____
 Distrito: _____
 Endereço P/Entrega: _____ Nº: _____
 Complemento: _____
 Bairro: _____
 Cidade: _____



AUTENTICAÇÃO

Autenticar a presente certidão em qualquer sistema de autenticação de documentos.
 Para mais informações, consulte o site: www.pariconha.al.gov.br
 ou pelo telefone: (33) 3611-1111
 ou pelo e-mail: atendimento@pariconha.al.gov.br
 ou pelo endereço: Rua Manoel Francisco dos Santos, 28, Centro, Pariconha/AL - CEP: 57.475-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



Resolução nº 001/2026
De 10 de fevereiro de 2026

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Pariconha, no uso das suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis Federais nº 8080/90 e 8142/90 e a Lei Municipal nº 162/2007 de 19 de março de 2007;

Considerando as deliberações do Plenário na reunião de 10/02/2026.

Resolve,

Art. 1º Aprovar inclusão AMPAN - Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodiversidades de Pariconha -AL como representante dos usuários do SUS neste conselho.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANE CAROLINE BEZERRA DIAS
Data: 22/04/2026 10:53:01-0300
Verifique em <https://validar.lti.gov.br>

Ane Caroline Bezerra Dias
Presidente do CMS

Homologo a resolução nº 001/2026, do Conselho Municipal de Saúde, nos termos da Portaria de Delegação de Competências de 02 de janeiro de 2007.

Pariconha – AL, 10 de fevereiro de 2026.

GIZELY TAYLLEN ALVES Assinado de forma digital por GIZELY
TAYLLEN ALVES SA:09110567429
SA:09110567429 Dados: 2026.04.28 11:08:39 -03'00'

Gizely Tayllen Alves Sá
Secretária Municipal de Saúde

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE
MÃES E PAIS DE AUTISTAS E NEURODIVERGENTES DE PARICONHA /
ALAGOAS**

Ao dia 21 de março de 2025 as 18hs, reuniram-se, em Assembleia Geral, no endereço situado a rua Cícero Teixeira Lima 76 Centro. Os membros presentes escolhidos, por aclamação, para presidir os trabalhos. Rosineido Souza Araujo e para secretária Crisnanda Lima da Silva. Em seguida os trabalhos foram declarados abertos e foram apresentadas as pautas de reunião contendo os seguintes assuntos.

1º discussão e aprovação do Estatuto da associação. ASSOCIAÇÃO DE MÃES E PAIS DE AUTISTAS E NEURODIVERGENTES DE PARICONHA.

2º escolhas dos associados ou sócios que integrarão os órgãos internos da associação.

3º designação da sede da associação.

Em seguida, deu-se início a discussão do estatuto apresentado e, após ter sido colocado em votação foi aprovado por unanimidade, com a seguinte redação.

ESTATUTO SOCIAL

Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes de Pariconha

TÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo I – Da Denominação, Sede e fins

Ento 1720 J
19.239
008/AL

Art. 1º A Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes de Pariconha / Alagoas, constituída em 29 de outubro de 2024, denominada também AMPAN, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, sem fins políticos e duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Antônio Mariano da Silva, nº24, Alto de Pariconha, Pariconha /AL, CEP 57475-000.

Art. 2º A Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes têm por finalidade defender os interesses e direitos das pessoas portadoras de transtorno do espectro autista, como definidos na legislação vigente; para tanto, deverá promover, apoiar e incentivar a realização de projetos de divulgação e esclarecimento à população, cursos, seminários, fóruns, congressos, pesquisas e estudos sobre o transtorno do espectro autista - TEA e temas relacionados, bem como editar publicações e também, poderá ainda, desenvolver programas de amparo, ajuda, adaptação, saúde, habilitação, reabilitação, integração social, esporte, promover cultura, lazer, educação e afins, aos sujeitos com transtorno do espectro autista e seus familiares.

Parágrafo Único - A Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes aplicam integralmente na consecução do seu objetivo social os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades, e não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados, colaboradores ou doadores.

Art. 3º A Associação reger-se-á por este Estatuto, seu Regimento Interno e pelas demais disposições legais a ela aplicáveis. No desenvolvimento de suas atividades, a Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, sexo, cor,

João Neto Jr.
18.239
018/11

condição social, idade, Ideologia política ou credo religioso.

Parágrafo Único - Para cumprir seu propósito, a Associação atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ação, bem como da doação de recursos físicos, humanos, ou prestações de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos de setor público que atuam em áreas afins. (Lei 9.790/99 parágrafo único do Art.3º).

1º A Associação e seus associados e colaboradores não poderão utilizar as atividades e ações da Associação em campanhas políticas. Reservando-se do direito de neutralidade e buscando a imparcialidade política e religiosa.

Art. 4º - A Associação disciplinará seu funcionamento por meio do Regimento Interno de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral e Ordens Executivas, emitidas pela diretoria.

Capítulo II – Dos objetivos

Art. 5º A Associação tem por finalidade promover, perante seus associados, as seguintes atividades:

- Promover a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da pessoa autista e Neurodivergente, através da participação em ações Culturais e de lazer e desenvolvimento de atividades multidisciplinares em espaço lúdico sensorial.
- Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com transtorno do espectro autista e Neurodivergentes, seus cuidadores e seus familiares.
- Orientar e dar apoio psicossocial as famílias.
- Contribuir para o fortalecimento das políticas públicas.

João Neto
18.239
02/08/21

- Difundir informações sobre o autismo e Neurodiversidade.
- Promover a inclusão, conscientização e tratamentos.
- Inserção de equipe multidisciplinar e profissional necessários para diagnóstico e acompanhamento da criança com transtorno do espectro autista e Neurodivergente.

Parágrafo único – Dessa forma conduzir as necessidades desse público com total atenção e conscientização das suas necessidades e seus familiares.

Art. 6º- A Associação, a fim de cumprir suas finalidades, se organizará de maneira que assim fizer necessário as quais reger-se pelo seu Regimento Interno, podendo ainda buscar orientações e filiar-se a outras entidades que concorram para a realização dos mesmos objetivos.

Art. 7º A Associação, para execução dos seus objetivos e fins a que se propõe, poderá aceitar doações de pessoas físicas, empresas privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, que deverão ser destinadas exclusivamente para a realização de seus objetivos sociais, adotando para tal os seguintes princípios e diretrizes.

1. Não haverá, entre os beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, cor, sexo, ideologia ou religião.

Capítulo III – Do Quadro Social

Seção I – Dos associados

Art.8º A Associação irá ser composta por um número limitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

*for 17/08/18
18/2/18
C. M. L.*

1. **Efetivos:** poderá se tornar associado efetivo a pessoa que solicitar sua filiação e se disponha a contribuir com as atividades desenvolvidas pela Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes.

2. **Associados Honorários:** poderão ser associados honorários as pessoas que, pela sua notória atividade em benefício geral da comunidade aplica integralmente na consecução do seu objetivo social e sejam aprovados nessa categoria pela Assembleia de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes.

3. **Associados Fundadores:** são associados que participaram da Assembleia de Fundação da Associação, constante na lista de presença.

1§ A demissão dos associados é atribuição da Diretoria nos termos do parágrafo 1º do Art. 8º deste Estatuto.

2§ Não há distinção de direitos ou deveres entre as diferentes categorias de associados.

3§ — A ADMISSÃO de novos associados à Associação é individual e voluntária, realizando-se através de proposta escrita encaminhada à diretoria da entidade, com a apresentação dos documentos que forem solicitados.

Art. 9º — São direitos dos associados:

I) Participar das Assembleias Gerais, com direito a voz;

(II) Gozar dos benefícios oferecidos pela Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes;

João Paulo S.
18.7.97
02/11/01

- III) Utilizar os meios oferecidos pela Associação, quando disponíveis, em benefício de qualquer indivíduo com transtorno do espectro autista e Neurodivergente.
- IV) Apresentar ideias, sugestões e temas para discussão.
- V) Participar das comissões técnicas, de estudo ou de trabalho que venham a ser organizadas pela Associação.
- VI) Subscriver requerimentos de convocação das Assembleias Gerais, observando as disposições deste estatuto sobre o assunto.
- VII) Recorrer à Assembleia Geral em caso de ser decretada a sua demissão da entidade.

Art. 10º São deveres dos associados:

- I) Respeitar e cumprir as disposições estatutárias, bem como o Regimento Interno, as normas, regulamentos e determinações emanadas da Diretoria Executiva e da Assembleia;
- II) Comparecer às reuniões regularmente, colaborando com o seu desenvolvimento e elevar seu conceito e progrida continuamente;
- III) Conservação de seus bens e mantendo em suas dependências um comportamento de honestidade, urbanidade, com respeito às normas de educação e boa conduta;
- IV) Pagar pontualmente o valor da mensalidade associativa, bem como os compromissos financeiros que de qualquer forma tenha contraído junto à Associação.

Pub. 10/11/2011
11/11/2011
08/12

☐ ...
☒ ...

- V) Abster-se de manifestação ou discussão de assuntos de natureza política, religiosa, racial ou de nacionalidade nas dependências da Associação;
- (VI) Comparecer as Assembleias Gerais;

- VII) Manter sempre o seu cadastro atualizado na Associação;
- (VIII) Pedir por escrito a Secretária, desligamento da Associação, sendo deferido de pronto.

Art. 11º É dever do associado zelar pela integridade da Associação, sendo expressamente proibido qualquer tipo de discriminação, política, religiosa, gênero, bem como cumprir as disposições estatutárias.

Associação;

Divulgar a Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes e seus trabalhos, contribuindo para construir e manter forte sua boa imagem;

- I) Orientar, no que for possível familiares e cuidadores de indivíduos com autismo, sempre dentro do escopo técnico, científico e profissional;
- (II) Manter atualizados seus dados cadastrais junto à Secretária da Associação;
- III) Zelar pela conservação do patrimônio da Associação;
- (VI) Fortalecer a causa do Autismo e Neurodiversidades.

Art. 12º É dever do associado zelar pela integridade da Associação de Mães e

Int. M. P. S.
18.239
088/21

☐ ☒ Pais de Autista e Neurodivergentes.

Seção IV – Das Penalidades

Art. 13º O Associado que infringir o Estatuto, o Regimento Interno, os Regulamentos ou resoluções dos poderes diretivos da Associação, ficará sujeito às seguintes penalidades:

I) Advertência escrita;

II) Suspensão de até (2) anos;

III) Eliminação do quadro social.

§ 1º a pena de advertência será cominada pelo Diretor ou pela Diretoria Executiva, em caso de ocorrência de faltas disciplinares.

§ 2º A pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência, quando já houver sido aplicada a advertência escrita, ou em casos de infração de natureza grave, por decisão da Diretoria Executiva ou Assembleia.

§ 3º A pena de eliminação será aplicada em casos de reincidência em faltas graves, onde já houver ocorrido suspensão, em casos de agressão física dentro das dependências da Associação, em caso de comportamento social e moralmente condenável do associado, em casos de atraso do pagamento de mensalidade e outros débitos para com a Associação, na hipótese de não ressarcimento de prejuízos causados pelo associado, ou outros motivos a critério da Diretoria Executiva e Assembleia.

§ 4º A Diretoria Executiva poderá suspender associado preventivamente do

for MoS
18.3.59
008/12

exercício dos seus direitos sociais, pelo tempo necessário à apuração da infração que lhe for atribuída, devendo ser aberto, de imediato, inquérito administrativo para apuração dos fatos.

§5º A aplicação das penalidades poderá ser realizada pela Diretoria Executiva.

§6º As infrações cometidas por membros do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva somente poderão ser apreciadas pela Assembleia Geral, a quem caberá assim o decidir.

§7º Todas as penalidades, mesmo as advertências que tiverem sido efetuadas verbalmente, deverão ser comunicadas ao associado por escrito, e serão registradas em seu cadastro na Associação.

Art. 14º No prazo de dez (10) dias, a contar da data do recebimento da comunicação da cominação da pena, o associado poderá, mediante recurso sem efeito suspensivo, recorrer à Diretoria Executiva ou à Assembleia Geral da decisão que lhe tiver imposto qualquer penalidade.

Art. 15º O associado responderá pelos danos ou prejuízos causados à Associação, por si, por seus familiares ou por seus convidados e, em caso de não ressarcimento, além da pena de eliminação, será acionado judicialmente para a satisfação dos valores que for obrigado a pagar.

TÍTULO II – DO PODER SOCIAL

Capítulo I – Da Diretoria

João Paulo
08/12/18
18.231

Art. 16º — A Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes será dirigida e administrada pelos seguintes órgãos:

I) (Assembleia Geral; II) Diretoria, III) Conselho Fiscal;

Parágrafo Único — A Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes, não remunerará, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

Art. 17º — A Associação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a cobrir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 18º — A Assembleia Geral é órgão soberano da Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodiversidades, e será constituída dos associados no pleno gozo de seus direitos estatutários e reunir-se-á:

I) Ordinariamente, uma vez a cada ano, nos 90 (noventa) dias seguintes ao término do exercício social, compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, para:

a. Examinar e votar o relatório e a prestação de contas apresentadas pela Diretoria relativa a cada exercício social;

b. Deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse da Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes.

(II) Extraordinariamente, sempre que for necessário.

Art. 19º — A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

João Paulo S.
18.7.39
04.8/62

I) pela Diretoria;

(II) pelo Conselho Fiscal;

III) por requerimento subscrito por no mínimo um quinto (1/5) dos associados quites com as obrigações sociais.

Parágrafo Único — A convocação da Assembleia Geral faz preferencialmente via meios digitais, site da Associação, Página Oficial da Associação no Facebook e/ou WhatsApp e/ou jornal de circulação do município ou outros meios de comunicação disponíveis que facilitem dar publicidade aos assuntos de interesse da Associação.

Art. 20º — Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições conferidas pelo presente Estatuto:

I) Reformar o Estatuto Social e o Regimento Interno;

(II) Decidir sobre a dissolução e/ou encerramento da Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes, nos termos do Art.28 deste Estatuto.

III) Eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, observado o Art. 6º Parágrafo Único e o Art. 19º;

IV) Autorizar a alienação bens móveis e imóveis;

V) Aprovar a demissão de associados, nos casos correspondentes à hipótese do Art. 8º. Julgando necessário, a Assembleia poderá nomear uma Comissão de Ética para avaliar o ocorrido, devendo esta apresentar suas conclusões para a Diretoria e para o Fórum Virtual Permanente dentro do prazo máximo de sessenta

Junta 17/08/2018
18.239
048/141

das de sua constituição;

(VI) Fixar o valor e a periodicidade das contribuições;

VII) Aprovar as contas da Associação;

(VIII) Decidir sobre a fusão ou a incorporação da Associação;

IX) Decidir sobre temas/assuntos pautados nas Assembleias Gerais a partir de solicitação dos associados trazidos pela Diretoria ou por pedido assinado por 1/5 dos associados quites com suas obrigações.

§1º — A Assembleia Geral deliberará, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados votantes e em segunda convocação com qualquer número, meia hora depois, excetuados os casos previstos no Parágrafo seguinte.

§2º — Para tratar da demissão de associados, assunto a que se refere o Inciso IV deste Artigo, a Assembleia Geral instalar-se-á e deliberará, em primeira convocação, com o mínimo de dois terços (2/3) dos associados votantes. Não se registrando esse "quórum" a Assembleia Geral realizara em segunda convocação uma hora depois, com a presença de no mínimo um terço (1/3) dos associados votantes.

§3º — Para tratar da destituição dos membros da Diretoria e o Conselho Fiscal, assunto a que se refere o Inciso I deste Artigo, de alterações deste estatuto, assunto a que se refere o inciso II, e da dissolução da Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes, assunto a que se refere o Inciso VIII, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, que se instalará e deliberará, em primeira convocação, com o mínimo de dois terços (2/3) dos associados votantes. Não se registrando esse "quórum" a Assembleia Geral realizar-se-á em segunda convocação uma

Ass. N.º 8
18.2.39
QAB/AL

☐ ☒ ☐
hora depois, com a presença de no mínimo um terço (1/3) dos associados.

§4º — Cada associado presente na Assembleia terá direito a um voto, não se admitindo o voto por procuração.

§5º — A Assembleia Geral será aberta pelo Presidente da Diretoria da Associação, procedendo-se em seguida à eleição do presidente e secretário da reunião, escolhidos entre os associados participantes da assembleia.

§6º — As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados com direito a voto, participantes da Assembleia Geral.

Art. 21º — A Diretoria será eleita pelo período de dois anos e será integrada por 5 associados da Associação, composta por:

I) ((Presidente; II) Vice-Presidente; III) Primeiro Tesoureiro; IV) Secretário

Art. 22º Compete à Diretoria:

I) Dirigir e administrar a Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes de acordo com o Estatuto e com as decisões da Assembleia Geral, realizando todos os atos necessários ao funcionamento regular e a realização dos objetivos da entidade;

(II) Representar a Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes perante a Sociedade e os Poderes Públicos;

III) Gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das decisões das Assembleias Gerais;

IV) Analisar e divulgar em boletins enviados a todos os associados e, ainda, publicando no web site da Associação, os relatórios financeiros da associação;

fora 17/06/21
18.137
008/01

propostas a serem encaminhadas pela Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes aos legisladores nos vários níveis da República;

(XIII) Organizar literatura específica de orientação dos direitos dos deficientes;

XIV) Organizar seminários e cursos de esclarecimento à população sobre os direitos das pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e seus familiares.

§1º — A Diretoria será eleita nos termos do Art. 19º.

§2º — A Diretoria

Art. 23º — Compete:

I) Ao Presidente da Diretoria:

I) Representar a Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes em juízo e fora dele, judicialmente e extrajudicialmente;

(II) Convocar e organizar as reuniões da Diretoria;

III) Moderar, conjuntamente com o vice-presidente, o Fórum Virtual Permanente;

IV) Convocar e abrir as Assembleias Gerais;

V) Assinar, juntamente com o Primeiro tesoureiro, os livros contábeis, cheques e outros títulos de crédito.

(VI) Organizar literatura específica de orientação dos direitos dos deficientes;

João M. S. J.
18.259
DAB/AL

VII) Organizar seminários e cursos de esclarecimento à população sobre os direitos das pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e seus familiares.

§1º — A Diretoria será eleita nos termos do Art. 19º.

§2º — A Diretoria poderá ser destituída por Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, nos termos do parágrafo 3º do Art. 13º deste Estatuto.

Art. 24º — Compete:

I) Ao Presidente da Diretoria:

I) Representar a Associação de Mães e Pais de Artistas e Neurodivergentes em juízo e fora dele. Judicialmente e extrajudicialmente;

(II) Convocar e organizar as reuniões da Diretoria;

(III) Moderar, conjuntamente com o vice-presidente, o Fórum Virtual Permanente;

(IV) Convocar e abrir as Assembleias Gerais;

V) Assinar, juntamente com o Primeiro tesoureiro, os livros contábeis, cheques e outros títulos de crédito.

Primeiro tesoureiro, Segundo tesoureiro:

(VI) Propor e coordenar a elaboração do Plano Orçamentário Anual, bem como suas alterações, a ser aprovado pela Diretoria, submetendo-o ao Fórum Virtual Permanente, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral e providenciando sua

Int. Neto
18.139
08/12

1) Criar e atualizar o site da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail.

2) Realizar o planejamento geral e técnico do Fórum Virtual Permanente;

3) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

4) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

5) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

6) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

7) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

8) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

9) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

10) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

11) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

12) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

13) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

14) Criar e manter o site e o e-mail da Associação e manter a responsabilidade de atualização e manutenção do site e do e-mail;

[]
[]
[]

VII) Organizar e manter atualizado um portal virtual na internet (web site), voltado para o esclarecimento e divulgação das questões referentes aos transtornos globais do desenvolvimento e às ações da Associação de Mães e Pais de Autistas e Neurodivergentes;

(VIII) Desenvolver campanhas publicitárias e de esclarecimento;

IX) Implementar a política de Comunicação Social, entendida como a comunicação com a Sociedade;

X) Fomentar e organizar eventos do cunho científico e educativo, como: simpósios, congressos, palestras, seminários e cursos;

(XI) Fomentar e organizar eventos que tenham por objetivo a arrecadação de fundos para a manutenção da Associação.

I. Substituir o presidente em suas ausências ou vacância.

Parágrafo Único — Todas as decisões que envolvam Dispendio de valores e seus limites deverão ser aprovadas em Assembleia Geral e os relatórios elaborados pela Diretoria deverão ser arquivados em meios digitais e ser disponibilizados aos associados em dia com suas contribuições, quando solicitados por escrito.

Art. 25º — O Conselho Fiscal será integrado por 1 (um) membro efetivo e 2 (dois) suplentes, pertencentes ao quadro social e eleitos pela Assembleia Geral pelo período de 2 (dois) anos, coincidentes ao período de vigência da diretoria.

§1º — Compete ao Conselho Fiscal:

I) Apreciar a prestação de contas da Diretoria, encaminhando à Assembleia Geral

Sento Neto
18.239
OAB/AL

le
[] ...
[] ...
um servidor de fóruns virtuais na internet, escolhido pela Diretoria e aprovado pela Assembleia Geral.

Art. 27º — As eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal se darão através de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade, com antecedência mínima de 1 (um) mês do final do período da diretoria em exercício, para votação individual e fechada, em primeira convocação com o mínimo de dois terços (2/3) dos associados votantes. Não se registrando esse "quórum" a Assembleia Geral realizar-se-á em segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

§1º — Para gerir as eleições da Associação, a Diretoria, juntamente com o Conselho Fiscal, indicará e nomeará uma Comissão Eleitoral composta de três associados, que se responsabilizará pela Assembleia Geral, gerenciando a votação.

§2º — A votação será independente para cada cargo da diretoria.

§3º — A Diretoria, visando manter o conhecimento prático sobre o autismo, deverá ser composta de, no mínimo, metade dos integrantes que tenham responsabilidade legal direta de indivíduos com diagnóstico dentro do transtorno do espectro autista.

§4º — As apurações e demais necessidades para o gerenciamento da votação acontecerão sob responsabilidade da Comissão Eleitoral, devendo ser publicados os resultados no web site da Associação e no Fórum Virtual Permanente após o fechamento da Assembleia Geral.

Art. 28º — O exercício social abrange o período compreendido entre 1º (primeiro) de janeiro e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Int. 1708
18.239
OAB/AL

Seção I – Da Instituição

Seção II – Das Atribuições

CAPÍTULO II – Da Assembleia Geral

Art. 29º A Assembleia Geral é o Poder Soberano da Associação e será constituída por associados, em pleno gozo de seus direitos sociais, quites com os cofres da entidade.

Art. 30º Compete à Assembleia Geral:

- eleger os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- destituir os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, observando-se o disposto no parágrafo único deste dispositivo;
- aprovar as Contas da Associação;
- deliberar sobre a aceitação de associados honorários, mediante proposta da Diretoria Executiva;
- autorizar a Diretoria Executiva a adquirir, alienar, ou onerar o patrimônio da Associação;
- decretar a extinção ou dissolução da Associação ou a sua fusão com qualquer outra associação;
- alterar o presente Estatuto, no todo ou em parte, mediante proposta da Diretoria

Guilherme J.
18.239
008/11

Executiva ou de associados que representem cinquenta (50%) do total de associados, e que estejam quites com as suas obrigações sociais, observado o disposto no parágrafo único deste dispositivo;

- tomar outras deliberações que julgue de interesse da associação para defesa e manutenção dos direitos da Associação.

Parágrafo único. As deliberações a que se referem os Incisos II e VII deste artigo, somente serão válidas com a aprovação de dois terços (2/3) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para este fim, que deverá ser instalada, em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes, nos termos do Art. 59, parágrafo único da Lei 10.406/2002 (NCC);

Art. 31° A Assembleia Geral reunir-se:

- ordinariamente:
 - a) uma vez por ano, na segunda quinzena do mês de julho para a aprovação do relatório anual da Diretoria Executiva, relativo ao exercício anterior e para aprovação do Balanço Geral e Demonstrações Financeiras e Contábeis;
 - b) a cada cinco (5) anos, na segunda quinzena de janeiro, para a eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.
- extraordinariamente, quando convocada na forma prevista neste Estatuto.

Art. 32° A Assembleia Geral será convocada ordinariamente e instalada pelo diretor presidente da Entidade, ou extraordinariamente por solicitação:

- do Diretor Presidente;
- da Diretoria Executiva;
- do Conselho Fiscal;

fontes 1700 f.
008/161
18.239

- por moção firmada por associados que representem, no mínimo um quinto (1/5) do total de associados da Entidade, com direito a voto, nos termos do Art. 60 da Lei 10.406/2002 (NCC).

Art. 33° A Assembleia Geral será convocada por editais afixados na sede da Associação, em local próprio, com antecedência mínima de dez (10) dias de sua realização.

§1° No edital constará a ordem do dia, bem como as condições para a primeira e segunda convocação.

§2° A Assembleia Geral será realizada em primeira convocação com a presença mínima da metade, mais um associado dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número de associados.

Art. 34° A Diretoria Executiva terá o prazo de dez (dez) dias para convocar a Assembleia Geral, a contar da data do recebimento da solicitação.

Art. 35° Decorrido este prazo, sem que a Assembleia Geral tenha sido convocada, qualquer dos membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, a quem a solicitação for dirigida, poderá tomar a iniciativa da convocação, dentro do prazo de cinco (05) dias.

Art. 36° Instalada a Assembleia Geral, prioritariamente a presidirá o Diretor presidente e, em caso de sua ausência, o Vice-Diretor na ausência de ambos, a Assembleia Geral elegerá imediatamente seu presidente, por votação ou aclamação.

Art. 37° O Presidente da Assembleia convidará um associado para a função de secretário de Assembleia, e tantos quantos forem necessários para o

João Paulo
18.239
OAB/AL

desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 38° As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos associados presentes, com direito de voto, salvo disposição expressa no presente Estatuto.

Art. 39 Cada associado terá direito a um voto, não sendo admitido o voto por procuração.

Art. 40° No caso de empate na votação, o Presidente da Assembleia Geral terá o direito ao voto da qualidade, além do da quantidade.

Art. 41° A votação será secreta para eleição ou cassação do mandato de qualquer dos membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.

Art. 42° Os associados poderão inscrever as suas chapas para a eleição para os cargos elegíveis da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, até dez (10) dias antes do dia designado para as eleições.

§1° Cada associado somente poderá candidatar-se, a qualquer cargo, em uma única chapa mediante a aposição de sua assinatura no pedido de registro.

§2° Ocorrendo à repelição de nomes, ambas as chapas serão impugnadas.

Art. 43° A Secretaria da Associação fixará em local próprio, no prazo de cinco (05) dias anteriores às eleições, as chapas que concorrerão à eleição da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Fiscal, com a sua denominação, os nomes de todos os candidatos e as suas respectivas assinaturas.

João Nób J.
18.239
OAB/AL

b.
2

Capítulo III – Da Diretoria Executiva

Art. 44° A Diretoria Executiva e o poder diretivo. Terá a incumbência de administrar a Associação e será composta dos seguintes membros:

- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente;
- Secretário;
- Tesoureiro;

Art. 45° O mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, podendo seus membros serem reeleitos para os próprios cargos ou cargos diversos. Caso não haja manifestação de vontade, dos membros, a reeleição será automática.

Art. 46° A Diretoria Executiva reunirá:

- ordinariamente, uma vez por ano;
- extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação da maioria de seus membros, do Diretor Presidente ou da Assembleia Geral.

Art. 47° Perderá o mandato o Diretor que, sem motivo justificado, faltar a três (03) reuniões consecutivas da Diretoria Executiva ou a seis (06) alternadas.

Art. 48° Na hipótese de ausência, licença, renúncia, impedimento ou morte, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente, Interina ou definitivamente.

Art. 49° Em caso de impedimento definitivo do Diretor Presidente e do Diretor

João Neto Jr.
18.139
008/11

-6
2

vice-Presidente haverá o encerramento de todos os mandatos, convocando-se novas eleições para complementar o mandato em curso.

Art. 50° Em caso de renúncia ou exoneração, os Diretores obrigam-se a prestar conta de seus mandatos, dentro de suas áreas de atuação, dentro de quinze (15) dias.

Art. 51° Compete à Diretoria Executiva:

- administrar a Associação, zelando por seus bens e interesses, promovendo o seu desenvolvimento e engrandecimento por todos os meios que julgar conveniente;
- cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, elaborar o Regimento Interno da Associação, bem como os regulamentos de seus diversos departamentos, alterando-os quando necessário;
- organizar os orçamentos anuais de receita e despesas para os exercícios seguintes;
- decidir sobre a admissão de todas as categorias de associados;
- propor à Assembleia Geral a concessão de título de associado honorário;
- organizar o quadro de pessoal empregado na Associação, fixando-lhes os vencimentos, admitir, licenciar ou demitir empregados, observadas as normas legais vigentes;
- instaurar sindicâncias ou inquéritos contra associados para apurar responsabilidades e fixar penalidades nos termos deste Estatuto;
- determinar os valores das mensalidades associativas, que deverão ser pagas por todos os associados, exceto os associados honorários, bem como o valor de todos os serviços prestados pela Associação e seus associados, valores das taxas, aluguéis e rendas eventuais;

João Neto Jr.
18.259
OLR/AL

- nomear comissões de sindicância;
- prestar contas no término de cada período orçamentário, bem como a prestação de contas geral no final de seu mandato, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, nos termos deste Estatuto;
- propor alterações no presente Estatuto, que serão levadas para votação em Assembleia Geral.

Art. 52° A Diretoria Executiva fica investida dos mais amplos poderes para praticar todos os atos de gestão, concernentes aos fins e objetivos da Associação, não podendo, entretanto, contratar empréstimos, transigir, renunciar, alienar, compromissar, hipotecar, empenhar, ou por qualquer forma onerar os bens e imóveis da Associação, sem prévia autorização do Diretor e da Assembleia Geral.

Art. 53° Compete ao Diretor Presidente:

- convocar a Diretoria Executiva, presidindo suas reuniões, na forma prevista neste Estatuto;
- representar a Associação, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques e outros documentos de pagamento, ou que se relacionem com bens e haveres da Associação;
- assinar juntamente com o Secretário, os cartões de Identidade Social, os convites sociais e os diplomas, bem como a correspondência de Associação, quando for o caso;
- autorizar as publicações necessárias em nome da Associação na imprensa e em outros meios de comunicação;
- assinar as cartas profissionais da Associação além de outros documentos

João Neto Jr.
13.259
008/AL

U. 10
2

previdenciários ou trabalhistas;

- efetivar as penalidades impostas pelos poderes competentes da Associação;
- prestar informações solicitadas pelas Comissões de Sindicância, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral;
- nomear delegações, determinando o chefe e seus componentes.

Art. 54° Compete ao Diretor Vice-Presidente auxiliar o Diretor Presidente, por delegação deste, no exercício de suas atribuições, e substituí-lo em caso de falta, ausência, renúncia, licença, falecimento ou impedimento.

Art. 55° Compete ao Secretário:

- assinar, juntamente com o Diretor Presidente, a correspondência da Associação, bem como organizar e orientar os serviços da Secretaria;
- lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- expedir e assinar, juntamente com o Diretor Presidente, os cartões de Identidade Social;
- fornecer os dados de sua atribuição para a elaboração do relatório anual, ou quando solicitado pelo Diretor Presidente;
- atualizar mensalmente a relação de associados, mantendo o seu cadastro organizado por categoria ou classe de associados;

Art. 56° Compete ao Tesoureiro:

- organizar a Tesouraria, informando à Diretoria Executiva sobre questões referentes aos assuntos financeiros da Associação;
- assinar, juntamente com o Diretor Presidente, cheques, contratos e quaisquer

João Neto Jr.
18.139
006/AL

documentos que envolvam responsabilidade da Associação.

- superintender os serviços de escrituração contábil da Associação, apresentando à Diretoria Executiva os Balançotes mensais e anualmente o Balanço Geral com a determinação das contas de Receitas e Despesas;
- assinar os recibos de mensalidades associativas, ou de qualquer outra receita ou rendimento da Associação;
- organizar a folha de pagamento dos funcionários, pagando-as depois de conferidas pelo Diretor Presidente;
- depositar os valores da Associação nos estabelecimentos bancários previamente aprovados pela Diretoria Executiva;
- determinar o pagamento das despesas da Associação, mediante a exibição de documento hábil, conferido pelo Diretor Presidente, salvo as despesas de caráter urgente e inadiável, devidamente justificadas, as quais poderão ser documentadas posteriormente;
- receber e dar quitação de todas as importâncias recebidas pela Associação;
- ter sob sua guarda e responsabilidade, todos os valores em espécie pertencentes à Associação.

Art. 57° O Tesoureiro não poderá deixar o cargo sem prévia prestação de contas ao seu substituto; se não o fizer, seu sucessor procederá ao arrolamento dos valores existentes na Tesouraria, com a assistência do Diretor Presidente e outro Diretor, lavrando-se termo circunstanciado, que será apresentado à Diretoria Executiva e homologado pela Assembleia Geral.

Art. 58° Compete ao Diretor

Antônio Neto Jr.
18.239
008/AL

Rosineide Souza Araujo
ROSINEIDE SOUZA ARAUJO

Lucas Souza Araujo
LUCAS SOUZA ARAUJO

Kaline Lima da Silva Bezerra
KALINE LIMA DA SILVA BEZERRA

Crisnanda Lima da Silva
CRISNANDA LIMA DA SILVA

Passou-se em seguida, ao item "2" da pauta, em que foram escolhidos os seguintes membros para que possam compor os órgãos internos com duração de 5 anos.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Cargos atribuído para o quinquenal 2025-2030

Diretor Presidente: ROSINEIDE SOUZA ARAUJO, brasileira, pedagoga, casada, portador da Cédula de Identidade número 0300756868 e CPF/MF 47219181515, residente e domiciliado na Antônio Mariano da Silva, número 24 A - Alto de Pariconha - Pariconha-AL CEP 57475000

Tesoureiro: LUCAS SOUZA ARAUJO, brasileiro, autônomo, solteiro, portador da Cédula de Identidade número 1506476112 e CPF/MF 04296062573 residente e domiciliado no Residencial Maria pequena, número 07 CEP 57475000

18.239
008/11

RECONHEÇO POR: ☒ SEMELHANÇA
☐ AUTENTICAÇÃO A(S) FURCA(S) DE
 Fingerprint: 27/03/2023
 Data: 27/03/2023
 Hora: 10h
 Local: Polícia Militar do Estado de São Paulo
 Nome: Polícia Militar do Estado de São Paulo
 Assinatura: Polícia Militar do Estado de São Paulo
 Assinatura: Polícia Militar do Estado de São Paulo

VALIDO SOMENTE COM
SELLO DE AUTENTICIDADE



VALIDO SOMENTE COM
USO DE AUTENTIDADE

Secretário: KALINE LIMA DA SILVA BEZERRA, brasileira, assistente administrativo, casada, portadora da Cédula de Identidade número 33058067 e CPF/MF 70011051477, residente e domiciliado na Cícero Teixeira Lima, número 76 - Centro - Pariconha - AL CEP 57475000

Vice-presidente: CRISNANDA LIMA DA SILVA, brasileira, cabeleireira, solteira, portadora da Cédula de Identidade número 38612771 e CPF/MF 12242929445, residente e domiciliado na José Henrique Filho s/n - Centro - Pariconha - AL CEP 5747

Por fim, passou-se a discussão do item "3" da pauta e foi deliberado que a sede da associação será no seguinte endereço. Rua Antônio Mariano da Silva, 24 Alto de Pariconha.

Nada mais havendo, o Presidente fez um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações, agradeceu aos presentes e deu por encerrada a reunião, da qual eu ROSINEIDE SOUZA ARAUJO E CRISNANDA LIMA DA SILVA, lavrei a presente ata, que foi lida, achada conforme e formada por todos os presentes abaixo relacionados.

1.

NOME: Tamiris Lima da Silva do. Santos

ENDEREÇO: Rua: Pereira de Sa

CPF: 07885383490

Sinto Neto Jr.
OAC/AL
18.239

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
ÁGUA BRANCA-AL

RECONHECO POR ☒ SEMELHANÇA
☐ AUTENTICIDADE AISO FIRMA(S) DE
Samara Janna dos Santos Junior, por
ma linha de Sampa Zila de
Jesus Sampa Jr. Queiroz
ma linha de Sampa Junior
27.03.2025
Samara Janna Queiroz dos Santos - Substitua
☒ Juarez Freire dos Santos Junior - Tabelião
☒ Samara Janna Queiroz dos Santos - Substitua

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
ÁGUA BRANCA-AL

RECONHECO POR ☒ SEMELHANÇA
☐ AUTENTICIDADE AISO FIRMA(S) DE
Samara Janna dos Santos Junior, por
ma linha de Sampa Zila de
Jesus Sampa Jr. Queiroz
ma linha de Sampa Junior
27.03.2025
Samara Janna Queiroz dos Santos - Substitua
☒ Juarez Freire dos Santos Junior - Tabelião
☒ Samara Janna Queiroz dos Santos - Substitua

CARTÓRIO NOTARIAL E
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Cartório de Água Branca-AL

Prota de Matrícula nº 2
Sala 6 - Cartório de Água Branca-AL
Fone: (32) 3960-4000
Email: agua.brancanotari@prota.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Azul
AFR92217-ROIN
27-03-2025 10:05
Doc. Substitua: *** 853.834 ***
Cartório autenticado em
https://sello.daj.jus.br

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO NOTARIAL E
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Cartório de Água Branca-AL

Prota de Matrícula nº 2
Sala 6 - Cartório de Água Branca-AL
Fone: (32) 3960-4000
Email: agua.brancanotari@prota.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Azul
AFR92218-
27-03-2025 10:05
Doc. Substitua: *** 853.834 ***
Cartório autenticado em
https://sello.daj.jus.br

CARTÓRIO NOTARIAL E
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Cartório de Água Branca-AL

Prota de Matrícula nº 2
Sala 6 - Cartório de Água Branca-AL
Fone: (32) 3960-4000
Email: agua.brancanotari@prota.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Azul
AFR92219-XSJ6
27-03-2025 10:07
Doc. Substitua: *** 436.654 ***
Cartório autenticado em
https://sello.daj.jus.br

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO NOTARIAL E
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Cartório de Água Branca-AL

Prota de Matrícula nº 2
Sala 6 - Cartório de Água Branca-AL
Fone: (32) 3960-4000
Email: agua.brancanotari@prota.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Azul
AFR92220-NDFN
27-03-2025 10:09
Doc. Substitua: *** 436.654 ***
Cartório autenticado em
https://sello.daj.jus.br

CARTÓRIO NOTARIAL E
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Cartório de Água Branca-AL

Prota de Matrícula nº 2
Sala 6 - Cartório de Água Branca-AL
Fone: (32) 3960-4000
Email: agua.brancanotari@prota.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Azul
AFR92221-BR89
27-03-2025 10:10
Doc. Substitua: *** 344.644 ***
Cartório autenticado em
https://sello.daj.jus.br

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO NOTARIAL E
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Cartório de Água Branca-AL

Prota de Matrícula nº 2
Sala 6 - Cartório de Água Branca-AL
Fone: (32) 3960-4000
Email: agua.brancanotari@prota.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Azul
AFR92222-FG3K
27-03-2025 10:11
Doc. Substitua: *** 344.644 ***
Cartório autenticado em
https://sello.daj.jus.br

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO NOTARIAL E
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Cartório de Água Branca-AL

Prota de Matrícula nº 2
Sala 6 - Cartório de Água Branca-AL
Fone: (32) 3960-4000
Email: agua.brancanotari@prota.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Azul
AFR92223-NOOW
27-03-2025 10:12
Doc. Substitua: *** 436.654 ***
Cartório autenticado em
https://sello.daj.jus.br

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO NOTARIAL E
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Cartório de Água Branca-AL

Prota de Matrícula nº 2
Sala 6 - Cartório de Água Branca-AL
Fone: (32) 3960-4000
Email: agua.brancanotari@prota.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Azul
AFR92224-GUW
27-03-2025 10:12
Doc. Substitua: *** 436.654 ***
Cartório autenticado em
https://sello.daj.jus.br

VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE